



RIO GRANDE DO NORTE

LEI Nº 10.580, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício 2020 e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:
FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto no art. 106, II e § 2º, da Constituição Estadual, no art. 1º, II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Estadual, incluindo as despesas de capital;

II - a estrutura e a organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos;

IV - as disposições relativas à política e à despesa com pessoal do Estado e encargos sociais;

V - as disposições sobre as alterações na legislação tributária estadual;

VI - a política de aplicação de recursos da Agência Financeira Oficial de Fomento;

VII - o equilíbrio entre receitas e despesas; limitação de empenho; e, controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos públicos;

VIII - as disposições sobre transparência; e

IX - as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, INCLUINDO AS DESPESAS DE CAPITAL

Art. 2º O Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º a 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, estão definidos, respectivamente, nos Anexos I e II desta Lei.

Parágrafo único. As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2020, quando se constatar, na sua elaboração, alterações de ordem conjuntural ou legal que venham afetar os parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e na fixação das despesas e que possam comprometer a execução do orçamento de 2020.

Art. 3º As Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, de todos os Poderes e Órgãos Autônomos serão apresentadas em anexo do Plano Plurianual para o Quadriênio 2020-2023.

Parágrafo único. A previsão de concurso dos Poderes e Órgãos Autônomos será apresentada no anexo de que trata o **caput** deste artigo.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, a ser encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Poder Executivo, será composto de:

- I - Mensagem Governamental;
- II - Texto do Projeto de Lei;
- III - Quadros Orçamentários Consolidados dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social:
 - a) Sumário Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
 - b) Desdobramento da Receita;
 - c) Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
 - d) Sumário Geral da Despesa por sua Natureza;
 - e) Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função;
 - f) Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa;
 - g) Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Subfunção;
 - h) Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Modalidade;
 - i) Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Fonte de Recursos;

Órgão;

j) Demonstrativo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e

k) Despesa por Órgão com Recursos de Todas as Fontes;

l) Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão e Função;

m) Demonstrativo da Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão e Unidade Orçamentária;

n) Aplicação dos Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

o) Aplicação dos Gastos com Saúde; e

p) Demonstrativo da Aplicação da Receita com Impostos na Segurança;

IV - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando as Receitas e as Despesas, separadas por Unidade Orçamentária, na forma definida nesta Lei, contendo para cada unidade:

a) Base legal;

b) Demonstrativo da Natureza da Receita por Órgão; e

c) Demonstrativo da Despesa por Programa de Trabalho e Órgão;

V - Quadros Complementares, contendo:

LOA; e

a) Demonstrativo da Compatibilização das Metas Fiscais 2020 – LDO x

b) Demonstrativo da Compatibilização PPA x LDO x LOA;

VI - Quadros Consolidados do Orçamento de Investimentos, contendo:

Investimentos;

a) Consolidação das Fontes de Financiamento do Orçamento de

b) Consolidação do Orçamento de Investimentos por Função;

c) Consolidação do Orçamento de Investimentos por Programa;

d) Consolidação do Orçamento de Investimentos por Subfunção; e

e) Demonstrativo da Despesa do Orçamento de Investimentos por Órgão; e

VII - Orçamento de Investimentos, discriminando as Receitas e as Despesas separadas por Unidade Orçamentária, na forma definida nesta Lei, contendo para cada unidade:

a) Base Legal;

b) Demonstrativo das Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimentos por Órgão; e

c) Demonstrativo do Programa de Trabalho do Orçamento de Investimentos por Órgão;

VIII - Metodologia e memória de cálculo relativas à previsão de receitas.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS E ESPECÍFICAS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTOS

Seção I Das diretrizes gerais

Art. 5º A elaboração do Projeto da Lei Orçamentária de 2020, a respectiva Lei e a execução orçamentária deverão ser compatíveis com as metas fiscais constantes do Anexo I que integra esta Lei.

Art. 6º O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 alocará recursos do Tesouro Estadual para atender às programações de custeio e investimentos dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública, depois de deduzidos os recursos que envolvam:

I - as transferências constitucionais compulsórias e outras despesas obrigatórias previstas em dispositivos constitucionais e legais;

II - o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais; e

III - o pagamento do serviço da dívida;

IV - o pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de julho de 2019, de acordo com o art. 100 da Constituição Federal;

V - as contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos, em convênios ou outros instrumentos congêneres, observados os respectivos cronogramas de desembolso;

VI - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 18 desta Lei.

Art. 7º Fica facultada, na execução orçamentária de 2020, a utilização do regime de descentralização de créditos orçamentários, observada a vedação contida no art. 108, VI, da Constituição Estadual.

§ 1º Entende-se por descentralização de créditos orçamentários o regime de execução da despesa orçamentária em que o Órgão, Entidade ou Unidade Orçamentária integrante dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social delegue a outro órgão a atribuição para realização de ação constante na sua Programação Anual de Trabalho.

§ 2º A descentralização de créditos orçamentários compreende:

I - descentralização interna ou provisão orçamentária: aquela efetuada entre Unidades Orçamentárias ou Executoras pertencentes a uma mesma Unidade Gestora;

II - descentralização externa ou destaque orçamentário: aquela efetuada entre Unidades Orçamentárias ou Executoras distintas, devendo ser formalizada por meio de:

a) termo de colaboração, quando entre Poderes e/ou Órgãos da Administração Direta;

b) convênio, quando um dos participantes for entidade da Administração Indireta.

§ 3º A adoção do regime de descentralização de créditos orçamentários somente será permitida para cumprimento, pela Unidade Orçamentária ou Executora, da finalidade da ação objeto da descentralização, conforme expressa na Lei Orçamentária Anual, e desde que a despesa a ser realizada esteja efetivamente prevista ou se enquadre no respectivo crédito orçamentário.

Art. 8º As receitas diretamente arrecadadas por autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista das quais o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente ao custeio de suas despesas correntes e, havendo disponibilidade, poderão ser aplicadas em projetos de investimento.

§ 1º Para os fins do **caput** deste artigo, também se considera como despesas correntes eventual déficit previdenciário, equivalente à diferença, quando de valor negativo, entre as contribuições previdenciárias dos segurados e patronal, originárias de Órgãos ou Entidades com arrecadação própria, e os proventos de aposentadorias e pensões pagos a servidores e seus dependentes legais que, em atividade, integraram o quadro de pessoal ativo desses Órgãos ou Entidades.

§ 2º O déficit de que trata o § 1º deste artigo deverá ser financiado até o limite das disponibilidades dos recursos diretamente arrecadados, mediante transferência financeira em favor do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte (IPERN).

§ 3º Para expansão de suas atividades, as entidades referidas no **caput** deverão buscar fontes alternativas de financiamento.

§ 4º Os orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das empresas controladas pelo Estado serão elaborados conforme as diretrizes, objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual 2020-2023, observados os ditames da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 5º As receitas das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas estatais dependentes deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação a elas pertinentes e serão projetadas com base em seus valores nominais arrecadados nos últimos 3 (três) anos, em cuja comparação se dará a previsão para os exercícios futuros.

§ 6º Nos termos do art. 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, serão desvinculados do órgão arrecadador e transferidos para o Tesouro Estadual 30% (trinta por cento) das receitas correntes diretamente arrecadadas.

§ 7º Excetuam-se da desvinculação de que trata o § 6º:

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os arts. 198, § 2º, II, e 212 da Constituição Federal;

II - receitas que pertencem aos Municípios decorrentes de transferências previstas na Constituição Federal;

III - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

IV - demais transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei; e

V - fundos instituídos pelo Poder Judiciário, Poder Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração dos orçamentos e das classificações orçamentárias, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, decorrentes de alteração na legislação federal ou estadual, realizadas após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 à Assembleia Legislativa.

Art. 10. As propostas orçamentárias dos Órgãos e Entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública, ficarão adstritas aos limites resultantes dos critérios fixados nesta Lei e serão encaminhadas à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN).

Parágrafo único. Os Poderes e Órgãos Autônomos disponibilizarão à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), até 5 de setembro de 2019, as respectivas metodologias e memórias de cálculos relativas à previsão de receitas próprias e despesas contidas em suas propostas orçamentárias.

Art. 11. A elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 serão efetuadas de modo descentralizado, segundo as normas que disciplinam o orçamento, a contabilidade, a programação e a administração financeira, que ficarão sujeitas ao controle interno previstos no art. 52, **caput**, parte final, da Constituição Estadual, e às regras dos arts. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101, de 2000, observado o § 3º do art. 58, desta Lei.

Art. 12. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2020 e em seus créditos adicionais, oriundas de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de Órgãos e Entidades, competências ou atribuições, mantidas a estrutura programática, expressa por categoria de programação, os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação.

Parágrafo único. As dotações orçamentárias disponibilizadas conforme o **caput** deste artigo, quando se referirem à classificação funcional programática, poderão, ainda e excepcionalmente, sofrer ajustes que visem a torná-las exequíveis, mantidos seus valores nominais.

Art. 13. O Poder Executivo não poderá transpor, transferir ou remanejar recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais, salvo por solicitação formal inscrita por seus respectivos autores, observado o valor e a fonte de recursos consignados em cada uma delas, excetuando-se tais retificações do limite do remanejamento orçamentário.

Art. 14. Fica o Poder Executivo, no exercício de 2020, autorizado a transpor, remanejar ou transferir dotações orçamentárias de uma categoria de programação para outra, de um Órgão para outro, tendo por finalidade reforçar dotações relativas a:

I - Pessoal e Encargos Sociais;

II - Juros, Encargos e Amortização da Dívida Interna e Externa; e

III - Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras.

§ 1º A autorização de que trata o **caput** deste artigo é limitada a 15% (quinze por cento) do total das despesas fixadas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 2º As mudanças de categorias de programação – transposição, remanejamento ou transferência – de um Órgão para outro far-se-ão com estrita obediência aos limites e às condições estabelecidas nesta Lei.

§ 3º A efetiva transposição, remanejamento ou transferência de dotações orçamentárias de um Poder para outro fica condicionada à prévia autorização do Poder cedente.

§ 4º Os decretos que efetivarão as alterações das categorias de programação indicarão as dotações que serão remanejadas – parcial ou totalmente – e aquelas que serão reforçadas.

§ 5º A transposição, transferência ou remanejamento de recursos não deverá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2020, ou respectivos créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 15. As solicitações do Poder Executivo para ampliação do limite estabelecido para abertura de créditos suplementares, somente serão admitidas e permitidas, quando houver sido utilizado pelo menos 50% (cinquenta por cento) do originalmente estabelecido na Lei Orçamentária Anual de 2020 ou em suas alterações posteriores.

Art. 16. É obrigatória a destinação de recursos e para a execução de emendas parlamentares individuais, as contrapartidas de convênios e de empréstimos internos e externos, bem como para o pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações.

§ 1º Os recursos referidos no **caput** não poderão ter destinação diversa da programada, exceto quando for evidenciada e justificada a impossibilidade técnica de sua execução, observado o que dispõe o art. 12, § 2º, desta Lei.

§ 2º De acordo com a Emenda à Constituição do Estado nº 14, de 30 de abril de 2015, no projeto da Lei Orçamentária Anual será consignada reserva de recursos para emendas parlamentares equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do montante da Receita Corrente Líquida estimada para o exercício de 2020.

§ 3º Os recursos relativos a emendas parlamentares individuais deverão ser direcionados, em 50% (cinquenta por cento) do seu montante, para as áreas de saúde, educação, segurança pública e/ou recursos hídricos, respeitado o princípio da supremacia de excepcional interesse público.

Art. 17. As receitas de convênios deverão ser informadas em conformidade com os termos assinados, considerando o cronograma de liberação de recursos para as propostas em andamento, protocoladas junto aos órgãos federais e outras entidades, e os cronogramas de liberação de recursos para 2020, bem como para os convênios pleiteados e cadastrados no Portal de Convênios do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SICONV), órgão integrante da Administração Pública Federal.

Art. 18. À reserva de contingência será alocada dotação orçamentária equivalente ao percentual de 1,4% (um inteiro e quatro décimos por cento) sobre a receita corrente líquida no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e de 0,7% (sete décimos por cento) na Lei Orçamentária Anual (LOA), observado o preceito contido no art. 5º, III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e destinar-se-á:

- I - ao atendimento de passivos contingentes;
- II - à cobertura de outros riscos e eventos imprevistos;
- III - à abertura de créditos adicionais para pessoal e encargos sociais.

Seção II

Das diretrizes específicas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Art. 19. O Orçamento Fiscal compreenderá as receitas e as despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública, seus Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações, instituídos e mantidos pelo Poder Público, bem como das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, ao Estado, e que deste recebam recursos.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto no **caput** deste artigo as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebam recursos do Estado apenas sob a forma de participação societária.

Art. 20. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá os recursos e dotações destinados aos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, inclusive seus Fundos e Fundações, para atender às ações de saúde pública, previdência e assistência social, contando, dentre outros, com recursos provenientes de:

I - receitas próprias dos Órgãos, Fundos e Entidades que integrem, exclusivamente, o Orçamento de que trata o **caput** deste artigo;

II - orçamento fiscal;

III - transferências da União para esse fim;

IV - convênios, contratos, acordos e ajustes com Órgãos e Entidades que integram o Orçamento da Seguridade Social;

V - contribuição social a que se refere o art. 94 da Constituição Estadual; e

VI - operações de crédito.

Art. 21. A Lei Orçamentária Anual de 2020 incluirá dotações para o pagamento de precatórios, em consonância com as disposições do art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Poder Judiciário enviará à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), por meio eletrônico, até o dia 20 de julho de 2019, a relação de dados cadastrais dos precatórios e a correspondente relação de débitos deferidos até 1º de julho de 2019, relativos aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado, por grupo de natureza de despesa, com a discriminação a seguir:

I - número e espécie da ação originária;

II - número do precatório;

III - data da autuação do precatório;

IV - nome do beneficiário e sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

V - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;

VI - data do trânsito em julgado;

VII - número da vara ou da comarca de origem; e

VIII - nome do município da comarca ou vara de origem.

Seção III

Das diretrizes específicas para a elaboração do Orçamento de Investimentos

Art. 22. O Orçamento de Investimentos é voltado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, e que recebem recursos do Tesouro Estadual por uma das seguintes formas:

I - participação acionária; ou

II - pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços.

Parágrafo único. Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária com a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, consideram-se investimentos as despesas com aquisição de direitos de ativo imobilizado, construção, ampliação e demais benfeitorias ou incorporações que agreguem valor ao ativo, excetuadas as aquisições de bens para arrendamento mercantil.

Art. 23. O Orçamento de Investimentos detalhará, por Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista do Estado, as fontes de financiamento, a fim de evidenciar a origem dos recursos e a despesa segundo a classificação funcional-programática, compreendendo as receitas de transferência do Tesouro Estadual e as receitas próprias, aplicadas na conta de investimentos e, ainda, eventuais operações de crédito.

§ 1º O orçamento de que trata o **caput** deste artigo e as contrapartidas constantes do art. 6º, V, desta Lei, constituirão o Anexo III do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, no qual só deverão constar as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que apresentem programação de investimento e não se enquadrem no conceito de empresa estatal dependente, estabelecido no art. 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista dependentes, consoante definição do art. 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, terão suas respectivas programações orçamentárias alocadas no Orçamento Fiscal ou de Seguridade Social, não integrando, portanto, o Orçamento de Investimentos.

Art. 24. Os recursos do Tesouro Estadual, destinados às Sociedades de Economia Mista cuja maioria do capital social com direito a voto pertença ao Estado, deverão ser aplicados, obrigatoriamente, no pagamento de despesas decorrentes de investimentos e estarão previstos no Orçamento Fiscal, sob a forma de constituição ou aumento de capital.

Parágrafo único. Exclui-se do disposto no **caput** deste artigo a criação de novas sociedades decorrentes de autorização por lei específica.

Art. 25. A programação de investimentos para o exercício financeiro de 2020 obedecerá às prioridades e metas contidas no Plano Plurianual 2020-2023.

Art. 26. Nos processos de elaboração e execução do Orçamento de Investimentos serão observadas, no que couber, as diretrizes específicas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 27. Os orçamentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista detalharão as receitas de financiamento e serão compostos por demonstrativos que contenham o seguinte:

I - investimentos por empresa;

II - investimentos por função;

III - investimentos por empresa e fonte de financiamento; e

IV - investimentos por empresa e projeto.

Parágrafo único. A observância ao **caput** deste artigo não exclui as seguintes exigências:

I - indicação dos investimentos correspondentes à aquisição de bens e direitos integrantes do ativo imobilizado; e

II - quando for o caso, indicação dos investimentos financiados com operações de crédito vinculadas a projetos.

Art. 28. O detalhamento das fontes de financiamento do Orçamento de Investimentos deverá ser classificado por empresa estatal e deverá identificar as seguintes receitas:

I - da própria empresa ou sociedade;

II - de recursos do Tesouro Estadual;

III - de operações de crédito externas;

IV - de operações de crédito internas; e

V - de outras fontes.

Art. 29. Não se aplicam às Empresas Públicas ou às Sociedades de Economia Mista, integrantes do Orçamento de Investimentos, as normas gerais veiculadas pela Lei Federal nº 4.320, de 1964, no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultado.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no **caput** deste artigo a aplicação, no que couber, dos arts. 109 e 110 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, para as finalidades a que se destinam.

Seção IV

Das transferências voluntárias e constitucionais

Art. 30. As transferências de recursos públicos de qualquer natureza a instituições privadas sem fins lucrativos ou econômicos terão sua execução orçamentária classificada em projetos e atividades dos programas relacionados com o objetivo da transferência e deverão ser efetuadas de acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e alterações posteriores, exigindo-se, conforme o caso:

I - prova de que a instituição beneficiária tem sua finalidade estatutária compatível com o objeto da pactuação e que se encontra em pleno funcionamento;

II - apresentação de cópia da lei estadual que a ateste como de utilidade pública ou de certificado de qualificação, emitido pelo Ministério da Justiça, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

III - identificação do benefício e do valor da transferência, em cláusula específica no respectivo convênio ou instrumento congênere;

IV - apresentação de cópia da ata da última eleição e da posse da atual diretoria;

V - propositura de Plano de Trabalho de acordo com as exigências do art. 22 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e, no que couber, do art. 116, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Quando as transferências de que trata o **caput** deste artigo forem decorrentes de recursos externos ou da União, os Órgãos ou Entidades beneficiários deverão observar as normas oriundas e específicas de tais recursos, cabendo à Controladoria-Geral do Estado (CONTROL), na qualidade órgão central de controle interno do Poder Executivo, expedir declaração de adimplência de cada gestor beneficiário.

Art. 31. As transferências voluntárias de recursos para outros Entes da Federação a título de cooperação, auxílio, assistência financeira e outros assemelhados serão consignados nos orçamentos do Estado e respectivos créditos adicionais, mediante convênio, e somente serão concretizadas se, no ato da assinatura dos referidos instrumentos, o Ente beneficiário comprovar a observância do disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º Caberá ao Ente beneficiário observar e comprovar o seguinte:

I - a regular prestação de contas relativas a convênio em execução ou já executado;

II - a apresentação da prestação de contas anual ao Poder Legislativo, com cópia para o Tribunal de Contas do Estado;

III - a instituição e a arrecadação dos tributos de sua competência, previstos na Constituição Federal;

IV - ao cumprimento dos limites constitucionais relativos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino e às ações e serviços públicos de saúde;

V - o atendimento ao disposto no art. 169 da Constituição Federal;

VI - a inclusão de projetos ou atividades, contemplados pelas transferências, na Lei Orçamentária Anual do Ente a que estiver subordinada à Unidade Orçamentária, ou em créditos adicionais abertos ou em tramitação no Legislativo;

VII - o cumprimento das restrições estipuladas no art. 167, X, da Constituição Federal, que veda as transferências voluntárias de recursos dos orçamentos do Estado, inclusive sob a forma de empréstimo, aos Municípios, para o pagamento de servidores públicos municipal, ativo e inativo e de pensionistas;

VIII - os limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e de inscrição em restos a pagar e de despesa total com pessoal;

IX - a propriedade do terreno destinado a realização de obra ou atividades previstas no convênio;

X - a licença ambiental e regularidade fundiária, quando se tratar de realização de obras públicas;

XI - a consignação de contrapartida na respectiva Lei Orçamentária Anual, de acordo com os limites mínimos definidos a seguir:

a) no caso de Municípios:

1. 5% (cinco por cento) do valor total da transferência para os Municípios com coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) menor ou igual a 1,6 (um inteiro e seis décimos);

2. 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do valor total da transferência para os Municípios com coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) maior que 1,6 (um inteiro e seis décimos) ou igual a 2,4 (dois inteiros e quatro décimos);

3. 10% (dez por cento) do valor total da transferência para os Municípios com coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) maior que 2,4 (dois inteiros e quatro décimos);

b) no caso dos demais Entes:

1. 15% (quinze por cento) para os Estados;

2. 24% (vinte e quatro por cento) para a União;

XII - comprovar adimplência de tributos e contribuições federais junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive débitos relativos à dívida ativa da União e FGTS; e

XIII - comprovar atendimento à Lei de Acesso à Informação e à Lei de Transparência Fiscal.

§ 2º Será dispensada das obrigações a que se refere o § 1º deste artigo a destinação de recursos a outros Entes da Federação para atender a situação de calamidade pública, legalmente reconhecida, durante o período em que esta subsistir.

§ 3º Para efeito do cumprimento do **caput** deste artigo, consideram-se recursos do Tesouro Estadual aqueles diretamente arrecadados, bem como as transferências compulsórias da União.

§ 4º Caberá ao Estado, como Ente transferidor:

I - exigir do outro Ente da Federação que ateste o cumprimento dos requisitos previstos neste artigo e na Lei Orçamentária Anual de 2020, por meio de seus últimos balanços gerais e demais documentos comprobatórios;

II - verificar a validade, no ato da assinatura do convênio, dos documentos comprobatórios das condições previstas no § 1º deste artigo, apresentados pelo Ente beneficiário;

III - acompanhar e fiscalizar a execução das atividades e projetos desenvolvidos com os recursos transferidos até o momento da prestação de contas final.

Art. 32. Os recursos, objeto de concessão de empréstimo pelo Estado, devem constar em dotações específicas para esse fim, na Unidade Orçamentária responsável pela gestão do programa a ser financiado.

§ 1º Na concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos com recursos dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres, não poderão ser inferiores ao custo de captação ou ao definido em lei específica.

§ 2º Serão de responsabilidade do mutuário, além dos encargos financeiros previstos no § 1º deste artigo, eventuais comissões e despesas congêneres cobradas pelo agente financeiro.

Art. 33. Somente poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito contratadas ou que tenham sido autorizadas por lei específica, até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. A programação de despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito, ainda não contratadas, terá sua execução bloqueada na Lei Orçamentária Anual até a efetiva celebração dos correspondentes contratos.

Art. 34. As despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida somente poderão ser fixadas na Lei Orçamentária Anual de 2020, com base nas operações de crédito contratadas ou autorizadas, até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Assembleia Legislativa.

Seção V Das vedações

Art. 35. Não poderão ser destinados recursos, inclusive por meio de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, para atender a despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do Estado, salvo em programas que atendam a transferências voluntárias em virtude de convênios;

II - clubes, associações ou entidade congêneres de agentes públicos;

III - pagamento, a qualquer título, a servidor público civil ou militar da Administração Pública Direta ou Indireta, por serviço de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Art. 36. Na programação da despesa é vedado:

I - incluir projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;

II - incluir ou remanejar dotações com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) para outras destinações que não as elencadas no art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 261, de 19 de dezembro de 2003, bem como para pagamento de pessoal e encargos sociais em qualquer hipótese;

III - destinar subvenções sociais e auxílios às instituições privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos ou econômicos, que observem o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e que preencham, pelo menos, uma das seguintes condições:

a) sejam qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de acordo com a Lei Federal nº 9.790, de 1999; e

b) exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social (filantrópica e comunitária), saúde ou educação, prestando atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal nº 12.101, de 27 de janeiro de 2009;

IV - destinar contribuição corrente e de capital a entidades privadas, ressalvada à autorizada em lei específica; e

V - realizar operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, conforme disciplina o art. 167, III, da Constituição Federal.

Art. 37. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual obedecerão ao disposto no art. 107, § 2º, da Constituição Estadual.

Art. 38. A consignação de valor simbólico em dotações orçamentárias somente poderá ocorrer quando se tratar de créditos destinados a pagamentos de despesas de exercícios anteriores, ressalvado o cumprimento de obrigações determinadas por imperativo constitucional ou legal.

Art. 39. Os superávits financeiros apurados no Balanço Patrimonial de 2019 somente poderão ser utilizados após o fechamento do Balanço Geral do Estado do respectivo ano (BGE- 2019), excetuando-se casos excepcionais, devidamente justificados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA E À DESPESA COM PESSOAL DO ESTADO E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 40. A política de pessoal, abrangendo os servidores ativos, inativos e pensionistas no âmbito do Poder Executivo, deverá ser apresentada pelos representantes do governo às entidades sindicais e associativas representativas dos servidores públicos estaduais.

Parágrafo único. A negociação de que trata o **caput** deste artigo dar-se-á no âmbito do Comitê Estadual de Negociação Coletiva com os Servidores Públicos Estaduais, instituído pelo Decreto Estadual nº 28.691, de 2 de janeiro de 2019.

Art. 41. A Administração Pública Estadual obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e as investiduras em cargos, empregos e funções públicas obedecerão ao disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º As investiduras de caráter efetivo ocorrerão mediante a realização de Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos para provimento de cargos ou empregos públicos, devendo o Poder, Órgão ou Entidade interessado elaborar Quadro de Impacto de Pessoal para o exercício que se dará as contratações e para os 2 (dois) exercícios subsequentes, respeitados, no que couber, os arts. 15 a 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, cujos valores farão parte das compatibilizações entre receitas e despesas desta Lei.

§ 2º Enquadram-se nas regras estabelecidas no parágrafo anterior a realização de Seleção Pública Simplificada para admissão de pessoal com o fim de atender a situação temporária de excepcional interesse público.

§ 3º No âmbito do Poder Executivo, as propostas para contratação de pessoal de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo estarão centralizadas na Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH) que, na qualidade de responsável pela Política de Gestão de Pessoal, consolidará as propostas e as enviará para a Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN).

§ 4º Incluir-se-á na Lei Orçamentária Anual de 2020, na programação das despesas da ação relativa a “Encargos com Pessoal”, os valores constantes dos impactos de pessoal, admitidos nas formas preconizadas nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 42. Fica estabelecido para o exercício de 2020, limite para os Poderes e Órgãos Autônomos vinculados ao Orçamento Estadual.

§ 1º O limite individualizado equivalerá ao maior valor:

I - das despesas fixadas na Lei Orçamentária para o exercício de 2019, acrescido de até 70% (setenta por cento) do crescimento da receita corrente líquida, apurado no período de 12 meses encerradas em junho do exercício anterior a que se refere o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA; ou

II - das despesas fixadas na Lei Orçamentária para o exercício de 2019, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo, no período de 12 meses encerradas em junho do exercício anterior a que se refere o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA.

§ 2º Para o limite previsto no § 1º deste artigo, para o Poder Executivo, deverá ser acrescido os valores abertos por créditos adicionais para pessoal e encargos sociais e outras despesas primárias correntes não fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2019.

Art. 43. A política de recursos humanos da Administração Pública Estadual compreenderá:

I - gerenciamento das atividades relativas à administração de recursos humanos;

II - ampliação, integração, articulação e cooperação com os Órgãos vinculados ao Sistema Estadual de Recursos Humanos;

III - valorização, capacitação e profissionalização do serviço público, desenvolvendo o potencial humano com vistas à modernização do Estado;

IV - adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais ou legais;

V - aprimoramento e atualização das técnicas e instrumentos de gestão;

VI - realização e supervisão de concursos públicos para atender às necessidades de pessoal nos diversos Órgãos ou Entidades da Administração Direta e Indireta;

VII - administração da política de estágios para desempenho nas diversas áreas da Administração Pública Estadual.

Art. 44. As despesas no exercício financeiro de 2020 com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, guardarão estrita observância com o que disciplina o art. 42 desta Lei.

Art. 45. Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser disponibilizados por meios eletrônicos, devidamente acompanhados dos seguintes demonstrativos:

I - declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000; e

II - simulação que demonstre o impacto das despesas com a medida proposta, destacando ativos e inativos;

III - manifestação da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH) e da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), no caso do Poder Executivo, sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro da propositura.

Parágrafo único. Os projetos de lei previstos no **caput** deste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios anteriores à sua entrada em vigor.

Art. 46. No exercício financeiro de 2020, a contratação de hora-extra, quando a despesa houver atingido 95% (noventa e cinco por cento) dos limites a que se refere o art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, somente poderá ocorrer para atendimento de serviços de relevante interesse público, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública, para evitar situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. Compete à Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH) autorizar a realização de hora-extra, inclusive aquela paga sob a denominação de carga horária suplementar, no âmbito do Poder Executivo e nas condições estabelecidas no **caput** deste artigo.

Art. 47. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, pelos Poderes Executivo, Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas, e Judiciário, bem como pelo Ministério Público e Defensoria Pública, mesmo que para atender ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, somente será admissível com a edição de lei específica e, atendidas as seguintes condições:

I - o Poder ou Órgão Autônomo que apresentar o Projeto de Lei para aumento de despesa com Pessoal, deverá demonstrar que seu Gasto com Pessoal e Encargos encontra-se menor ou igual a 95% (noventa e cinco por cento) do respectivo limite legal estabelecido no art. 20, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, considerando-se o mês anterior ao do encaminhamento do Projeto de Lei à Assembleia Legislativa e os 11 (onze) meses anteriores;

II - para os cargos com equiparação entre remuneração de ativos e inativos, o aumento das despesas a serem suportadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte (IPERN), em consequência do aumento dos gastos de pessoal ativo proposto por um Poder ou Órgão Autônomo, devem ter adequação financeira e orçamentária.

§ 1º Para os fins do inciso II do **caput** deste artigo, considera-se adequação financeira e orçamentária a existência de autorização orçamentária suficiente para suportar o aumento de gastos sem aumento do déficit previdenciário corrente.

§ 2º Déficit previdenciário corrente é a diferença entre os benefícios com inatividade e pensões e o valor das receitas próprias do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte (IPERN), decorrentes de contribuições sociais patronal e dos segurados.

§ 3º Excepciona-se das disposições contidas neste artigo o aumento de vantagens decorrentes da superveniência de normas federais.

Art. 48. No exercício de 2020, observado o disposto nos arts. 37 e 169 da Constituição Federal, os atos de provimento em cargos públicos, contratação de empregados públicos ou de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público que implicarem aumento de despesa com pessoal, somente poderão ser executados se, cumulativamente:

I - existirem cargos vagos a preencher;

II - houver prévia dotação orçamentária e recursos suficientes para o atendimento integral da despesa;

III - forem atendidas as exigências da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. A apuração do disposto no inciso I do **caput** deste artigo deverá considerar os atos praticados em decorrência de decisões judiciais e somente será exigida quando se tratar de atos de provimento em cargos públicos ou contratação de empregados públicos.

Art. 49. Não serão destinados recursos para atender a despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor ativo da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, pela prestação de serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive se custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica às despesas previstas pela Lei Complementar Estadual nº 451, de 27 de dezembro de 2010, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 25.193, de 18 de maio de 2015.

§ 2º Os serviços de consultoria somente serão contratados para a execução de atividades que, comprovadamente, não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Pública Estadual, no âmbito do respectivo Órgão ou Entidade, publicando-se no Diário Oficial do Estado, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constarão, necessariamente, a identificação do responsável pela execução do contrato, a descrição completa do objeto do contrato, o quantitativo médio de consultores, o custo total e a especificação dos serviços e o prazo de conclusão, ressalvadas as consultorias previstas em contratos e convênios.

Art. 50. As despesas públicas relativas à formação, treinamento, desenvolvimento e reciclagem de pessoal no âmbito do Poder Executivo Estadual serão previstas na Lei Orçamentária Anual de 2020 e alocadas no Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado (FUNDESP) da Secretaria de Estado da administração e dos Recursos Humanos (SEARH).

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no **caput** deste artigo, as despesas com capacitação de pessoal dos Órgãos ou Unidades Orçamentárias que disponham de recursos próprios, as quais deverão constar em suas respectivas propostas orçamentárias.

Art. 51. Os recursos necessários ao atendimento do aumento do salário mínimo, caso as dotações da Lei Orçamentária Anual de 2020 sejam insuficientes, resultarão da abertura de créditos adicionais para o exercício de 2020, observado o disposto no art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 52. As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, de acordo com o art. 18, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e aquelas referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado serão contabilizadas como “outras despesas de pessoal” e computadas no cálculo do limite estabelecido no art. 20, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do **caput** deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que preencham, simultaneamente, as seguintes condições:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do Órgão ou Entidade;

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos e vencimentos do quadro de pessoal do Órgão ou Entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Art. 53. Somente será aprovado projeto de lei ou editado ato normativo que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

§ 1º A criação, alteração de tributos de natureza vinculada ou taxa pelo exercício do poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo, deverá vir acompanhada de demonstrativo e devidamente justificada sua necessidade para melhoramento dos serviços públicos prestados ao contribuinte.

§ 2º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação, consignar o objetivo, bem como atender às condições do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 54. As alterações na legislação tributária que impactem as estimativas de receitas para 2020, aprovadas até 31 de agosto de 2019, devem ser consideradas nas estimativas de receitas tributárias para 2020 e ter o impacto demonstrado em anexo próprio, detalhando o valor estimado antes da alteração legislativa e aquele decorrente da alteração.

CAPÍTULO VII

DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA FINANCEIRA OFICIAL DE FOMENTO

Art. 55. A Agência Financeira Oficial de Fomento do Estado, no cumprimento de sua concepção institucional e social, deve direcionar sua política de concessão de empréstimos e financiamentos visando a viabilização de empreendimentos econômicos baseados no território do Estado do Rio Grande do Norte, em consonância com o seu Plano de Desenvolvimento Sustentável, com a agenda estratégica do Governo e com as necessidades e potencialidades locais, desenvolvendo funções e atividades, dentre outras, que sejam compatíveis com a sua missão.

Art. 56. A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), para consecução dos seus objetivos sociais, funções e atividades, deverá:

I - identificar, estimular, potencializar e criar vantagens competitivas para o Estado, a fim de atrair novos investimentos, manter e valorizar os existentes e preservar a capacidade de desenvolvimento estadual;

II - promover programas de recuperação de setores, atividades econômicas voltadas às empresas domiciliadas no Rio Grande do Norte, a fim de propiciar-lhes condições de crescimento e competitividade, contribuindo para a sua prosperidade e permanência no Estado;

III - atuar em todo o território estadual, com ênfase especial para as áreas sujeitas a problemas climáticos, e adotar soluções que permitam não apenas a convivência com a seca, mas principalmente a sua utilização como vantagem competitiva;

IV - definir os projetos a serem viabilizados, incentivados ou financiados e que deverão atender, no mínimo, aos requisitos de promoção de empregos dignos e renda justa para os trabalhadores e produtores, melhoria de qualidade de vida, saúde, educação, cultura, capacitação e elevação moral das populações, preservação, recuperação e valorização do ambiente, cumprindo a responsabilidade social que lhe é inerente;

V - priorizar empreendimentos que, mantendo seu valor agregado no Estado, cumpram os requisitos de qualidade, produtividade, tecnologia e modernização, aproveitem, desenvolvam e promovam os potenciais de recursos humanos e naturais potiguares e contribuam para acelerar o crescimento econômico de suas áreas de atuação;

VI - prestar serviços de administrador ou gestor de fundos financeiros e outros recursos de programas e projetos;

VII - administrar os ativos pertencentes ao Poder Executivo ou a Entidades por este controladas, sob a forma de imóveis, operações de crédito e direitos creditórios que sejam destinados à liquidação ou monetarização;

VIII - priorizar os pequenos negócios, micronegócios, a economia solidária e a agricultura familiar; e

IX - priorizar os empréstimos aos agentes públicos estaduais mediante fundos específicos e parcerias.

CAPÍTULO VIII

DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS, LIMITAÇÃO DE EMPENHO, CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS PÚBLICOS

Art. 57. Se verificado, ao final de cada bimestre, que a receita acumulada do Tesouro Estadual foi inferior à prevista para o mesmo período, os Poderes Executivo, Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas, e Judiciário, bem como o Ministério Público e a Defensoria Pública, realizarão, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira, de conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º O valor total da limitação de empenho deverá ser igual à diferença, quando negativa, entre a receita ordinária do Tesouro arrecadada e a estimada para o mesmo período.

§ 2º Para os fins deste artigo, receita ordinária do Tesouro é a soma da receita de impostos do Estado, exclusive assessorio destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (FECOP), transferências recebidas a título de Fundo de Participação dos Estados (FPE), Imposto de Produtos Industrializados (IPI) Exportação, Lei Kandir e **Royalties** do Petróleo, resultado de aplicações financeiras das disponibilidades do Tesouro Estadual, deduzidas as transferências devidas aos Municípios e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), nos termos da legislação de regência.

§ 3º Não deverão ser objeto de limitação de empenho as despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme definição no art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 4º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição do nível de empenhamento das dotações é feita de forma proporcional às limitações efetivadas, obedecendo ao estabelecido no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 5º A limitação de empenho definida no § 1º deste artigo será distribuída entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública, na proporção da respectiva participação de suas outras despesas correntes e de investimentos, vinculadas aos recursos definidos no § 2º deste artigo, fixadas nos Orçamentos do Estado.

§ 6º As previsões das receitas e as receitas acumuladas para os bimestres, objeto do caput deste artigo, serão publicadas e disponibilizadas oportunamente por meio eletrônico e encaminhadas aos demais Poderes e Órgãos Autônomos.

CAPÍTULO IX **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE TRANSPARÊNCIA**

Art. 58. Os Poderes Executivo, Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, e Judiciário, bem como o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais Órgãos e Entidades, a fim de darem efetiva transparência dos atos da Gestão Pública Estadual, deverão utilizar, em cumprimento aos arts. 48 e 48-A da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e para os fins da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei da Transparência), o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado Rio Grande do Norte (SIGEF-RN), instrumento de registro e acompanhamento da execução física, orçamentária, financeira e patrimonial do Estado.

§ 1º A transparência de que trata o **caput** deste artigo visa a dar plena publicidade às diferentes formas de aplicação dos recursos do Tesouro Estadual, em cumprimento ao disposto nos arts. 48, 48-A e 73-A da Lei Complementar Federal nº 101, 2000.

§ 2º Para garantir a Transparência Fiscal do Estado do Rio Grande do Norte, o Poder Executivo disponibilizará e alimentará, em tempo real, o sítio “Portal da Transparência do RN”, no endereço eletrônico “www.transparencia.rn.gov.br”.

§ 3º Os demais Poderes e Órgãos Autônomos que utilizem sistemas próprios para registro de suas ações laborais devem ajustar e validar, por rotinas automáticas, suas transações orçamentárias, financeiras e contábeis diretamente no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado Rio Grande do Norte (SIGEF-RN), viabilizado pelo Poder Executivo, que deverá disponibilizar o layout de importação necessário à integração automática dos sistemas.

Art. 59. O Poder Executivo disponibilizará em seu Portal da Transparência a programação mensal da receita, por natureza, prevista na Lei Orçamentária Anual, bem como o valor mensal arrecadado.

Art. 60. Durante a execução orçamentária, o custo dos programas financiados com recursos do Tesouro Estadual, bem como o respectivo resultado alcançado, deverão ser apurados e disponibilizados no Portal da Transparência do Poder Executivo, tendo como parâmetros:

I - obras de saneamento, edificações e instalações: os custos unitários definidos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), divulgados pela Caixa Econômica Federal;

II - obras de engenharia rodoviária: os custos unitários definidos pelo Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), divulgados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); e

III - bens, duráveis ou não, materiais de consumo, máquinas e equipamentos: os valores unitários de mercado apurados em pesquisas de preço junto a fornecedores ou por meio de coleta de dados de preços contratados pelo Governo Federal por intermédio do Sistema COMPRASNET.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, quando as referências citadas nos incisos I a III do **caput** deste artigo se mostrarem insuficientes para a apuração do custo do serviço ou bem, deverá ser apresentada composição de custo elaborada por profissional técnico especializado, que deverá:

I - ser divulgada por pelo menos 15 (quinze) dias em meio eletrônico de acesso público, para eventual contestação;

II - findo o prazo definido na alínea anterior, sem registro de qualquer impugnação, a composição de custo deverá ser homologada pela autoridade máxima do Poder ou Órgão Autônomo que dela fará uso;

III - ocorrendo contestação, o proponente da composição deverá se pronunciar conclusivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do final do prazo de divulgação previsto no inciso I deste parágrafo, ratificando ou retificando seu valor;

IV - a composição definida nos termos deste parágrafo e incisos passará a ser a referência para fins de apuração de custo e comparação com o resultado alcançado.

Art. 61. Na ocorrência de despesas resultantes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que demandem alterações orçamentárias dos programas contidos no PPA 2020-2023, aplicar-se-ão as disposições do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Consideram-se como despesas irrelevantes, para fins do art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, aquelas cujos valores não ultrapassem os limites destinados à contratação de obras, compras e serviços, devidamente estabelecidos no art. 23, I, “a”, e II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 62. O Poder Executivo disponibilizará, por meios eletrônicos, as programações contidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como as prestações de contas consolidadas anualmente, apuradas no respectivo Balanço Geral do Estado, e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e de Gestão Fiscal (RGF).

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo refere-se também aos Quadros de Detalhamento das Despesas (QDD) dos diversos órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo, que serão publicados após a sanção da LOA 2020.

§ 2º Os Poderes Legislativo, Judiciário, bem como Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, deverão, igualmente, publicar no respectivo Diário Oficial e disponibilizar em suas respectivas páginas da **internet**, seus balanços e relatórios próprios, cabendo à Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN) a atribuição de receber a documentação pertinente e consolidá-la no Balanço Anual.

Art. 63. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 não for sancionado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual até 31 de dezembro de 2019, a programação nele constante poderá ser executada da forma apresentada para cada mês, o que corresponde ao duodécimo da Proposta Orçamentária Anual encaminhada à Assembleia Legislativa, até a sua efetiva sanção e publicação no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da Lei Orçamentária Anual, a utilização de recursos autorizada no **caput** deste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados, em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual na Assembleia Legislativa, e do procedimento previsto no **caput** deste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais.

§ 3º A limitação de que trata o **caput** deste artigo não se aplica ao atendimento de despesas com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Fundo Financeiro do Estado do RN (FUNFIRN);

III - pagamento do serviço da dívida e das transferências constitucionais aos municípios;

IV - projetos e atividades em execução no ano de 2020, financiados com recursos de operações de crédito, convênios e contrapartida do Tesouro Estadual;

V - pagamentos de despesas decorrentes de sentenças judiciais;

VI - incentivos concedidos pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) e pelas ações voltadas à segurança alimentar e nutricional realizadas no âmbito do convencionalmente denominado “Programa do Leite”; e

VII - ações de saúde, segurança e educação.

§ 4º A execução orçamentária, durante o período que antecede a publicação da Lei Orçamentária Anual, deverá observar as demais normas jurídicas que disciplinam a matéria, inclusive as de controle interno e externo.

Art. 64. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar no Diário Oficial do Estado, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação da Lei Orçamentária Anual de 2020, o decreto que estabelecerá a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso Mensal e Demonstrativo das Metas Bimestrais para a Receita Ordinária do Tesouro, segundo o comportamento sazonal ocorrido nos últimos dois exercícios financeiros, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, em consonância com as disposições contidas nos arts. 47 a 50 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 1º A Programação Financeira constante do **caput** deste artigo compreende um conjunto de atividades que visam a ajustar o ritmo da execução orçamentária, com base nas metas e prioridades estabelecidas nesta Lei, com o provável fluxo de recursos financeiros, aportados por meio de:

I - arrecadação própria oriunda de impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD);

II - transferências da União, relativas ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), seguindo critérios de programação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN);

III - outras receitas programadas com base na média do histórico dos últimos três anos, desprezando valores arrecadados por motivos ocasionais.

§ 2º Para os demais Poderes e Órgãos Autônomos do Estado, o desembolso mensal será fixado em cotas duodecimais de acordo com o montante da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual, custeado com os recursos aportados segundo o § 1º deste artigo.

§ 3º Os recursos financeiros relativos às dotações fixadas nos orçamentos serão custeados com os recursos aportados segundo o § 1º deste artigo, os quais serão repassados aos Poderes e Órgãos Autônomos durante o exercício de 2020 a razão de 1/12 (um doze avos) até o dia 20 (vinte) de cada mês, à custa dos recursos aportados segundo o § 1º deste artigo.

§ 4º Não serão incluídas na Programação Financeira despesas a serem custeadas com receitas que corram risco de não se realizarem, em decorrência de fatores socioeconômicos ou por força maior, posteriores à elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020.

§ 5º O Cronograma de Desembolso Mensal a que se refere o **caput** deste artigo dar-se-á por meio de cotas mensais, que serão definidas, individualmente, por Unidade Orçamentária.

§ 6º O Cronograma de Desembolso Mensal que trata este artigo poderá ser revisto pelo Poder Executivo, excetuando os demais Poderes e Órgãos Autônomos, que deverão obedecer ao disposto no art. 9º, da LRF, a fim de ajustar os desembolsos das cotas mensais e não inviabilizar a exequibilidade orçamentária.

§ 7º O superávit financeiro ou excesso de arrecadação, por fonte de recursos, das autarquias, fundações e fundos especiais vinculados ao Poder Executivo, ao final do exercício financeiro, será convertido em “Recursos do Tesouro – Recursos Ordinários”, excetuados os recursos de convênios, de operações de crédito, recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino, receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores, fundos instituídos pela Procuradoria-Geral do Estado e os autorizados pela Secretaria de Planejamento e das Finanças (SEPLAN).

Art. 65. A contar da data da sanção ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública, e respectivos Órgãos e Entidades que integrem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, terão o prazo de 30 (trinta) dias para divulgarem seus respectivos Quadros de Detalhamento da Despesa (QDD), detalhados até “Modalidade de Aplicação”, nos respectivos Diários Oficiais e demais sítios mantidos na **internet**.

§ 1º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública, poderão modificar, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, mantidas as normas constitucionais e legais, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Rio Grande do Norte (SIGEF), ou por sistemas próprios entre os mesmos grupos de natureza da despesa dentro do mesmo Projeto ou Atividade (Subação), bem como a modalidade de aplicação e o identificador de uso das Fontes de Recursos de Contrapartida.

§ 2º As alterações decorrentes de abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão, automaticamente, os Quadros de Detalhamento da Despesa (QDD).

Art. 66. Para aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2020, a sessão legislativa somente poderá ser encerrada com o cumprimento das disposições contidas no art. 1º, I a III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual.

Art. 67. Para os efeitos do art. 56, **caput** e § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, o Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Contas, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça e o Defensor-Geral do Estado enviarão ao Poder Executivo as contas do exercício findo, para que sejam incluídas na prestação de contas do Poder Executivo, devendo dar ampla divulgação dos resultados das contas julgadas ou tomadas, após apreciadas, individualmente, pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 68. Fica a Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN) autorizada a estabelecer, mediante ato administrativo, normas complementares ao processo de elaboração e de execução orçamentárias.

Art. 69. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal/RN, 29 de agosto de 2019,
198º da Independência e 131º da República.

DOE Nº. 14.488
Data: 30.08.2019
Pág. 01 a 10

FÁTIMA BEZERRA
José Aldemir Freire



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ações referentes à inclusão das tarifas de distribuição e transmissão de energia elétrica (turd e tust) na base de cálculo do ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica.	220.000	Abertura de crédito adicional com recursos da Reserva de Contingência até seu total de 0,7% da Receita Corrente Líquida	65.630
Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2016.002483-4	200.000	Limitação de empenho	354.370
SUBTOTAL	420.000,00	SUBTOTAL	420.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Queda no nível de crescimento da atividade econômica	26.257.265	Ampliação do incentivo ao programa de notas "Nota Solidária"	3.404.210
Taxa de inflação abaixo da projetada	11.655.719	Compensação dar-se-á na mesma proporção, com o aumento no consumo	11.655.719
Queda nos valores das transferências constitucionais	37.002.284	Contingenciamento de despesas	37.002.284
Aumento das concessões de liminares a contribuintes que apresentam indícios de sonegação fiscal	2.590.160	Contingenciamento de despesas	2.590.160
"Simples Nacional" - Lei Geral da Micro e Pequena Empresa	55.503.426	Compensação dar-se-á na mesma proporção, com o aumento no consumo, face ao aumento do salário mínimo	55.503.426
SUBTOTAL	133.008.855,13	SUBTOTAL	110.155.799,80
TOTAL	133.428.855,13	TOTAL	110.575.799,80

FONTE: Secretaria de Estado da Tributação/RN e Procuradoria Geral do Estado/RN.

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

(Art.4º, § 3º da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000)

Com o objetivo de prover transparência na apuração dos resultados fiscais dos governos a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, determinou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve conter Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Assim, os Riscos Fiscais são conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que possam impactar negativamente as contas públicas e, conseqüentemente, as metas fiscais estabelecidas em lei. Dentre os riscos destacam-se os relacionados aos passivos contingentes e aos decorrentes de alterações do cenário macroeconômico.

No tocante aos passivos contingentes, que são obrigações surgidas em função de acontecimentos futuros incertos e não totalmente sob o controle do ente Estado, ou de fatos passados ainda não reconhecidos, a materialização desses eventos afeta o cumprimento das metas fiscais estabelecidas. De forma a ordenar a classificação dos riscos fiscais, serão utilizadas duas categorias: riscos de caráter orçamentário e aqueles vinculados a receita.

I - Riscos relacionados às variações na receita

O contexto econômico afeta as previsões de receitas, com conseqüências no resultado das metas de resultados primário e nominal. As oscilações nas taxas de crescimento econômico podem alterar as receitas previstas, mas a trajetória atual aponta para crescimento das receitas. Os principais impactos que se tem sobre as receitas são os do comportamento da inflação e do nível de atividade econômica, medido pela taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB. Esse indicador serve como parâmetro de evolução da maioria das receitas, destacando-se, prioritariamente, as tributárias, que representam a maior parcela do ingresso de recursos. Desta forma, qualquer alteração futura no crescimento econômico do país irá impactar no crescimento das receitas do Estado.

II - Riscos decorrentes dos passivos contingentes

As contingências passivas são decorrentes de novas obrigações resultantes de acontecimentos passados cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência de acontecimentos futuros, não estando totalmente sob o controle do Estado. Além do mais, poderá ser uma obrigação presente derivada de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida por ser improvável a necessidade de liquidação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente confiabilidade.

Há passivos contingentes que não são mensuráveis com suficiente segurança em razão de ainda não terem sido apurados, auditados ou periciados, por restarem dúvidas sobre sua exigibilidade total ou parcial, ou por envolverem análises e decisões que não se pode prever, como é o caso das demandas judiciais. Nestes casos, são incluídas no presente Anexo as demais informações disponíveis sobre o risco, como tema em discussão, objeto da ação, natureza da ação ou passivo e instância judicial, conforme recomenda a norma internacional de contabilidade.

Por fim, ressalte-se que as ações judiciais passam por diversas instâncias e tem longa duração e, portanto, constam do Anexo de Riscos Fiscais de vários exercícios. Por esta razão podem ser reclassificadas de acordo com o andamento do processo judicial, sempre e quando fatos novos apontarem alteração das chances de ganho ou perda pela Estado.

DEMANDAS JUDICIAIS CONTRA O ESTADO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Tema 1 – Ações referentes à inclusão das tarifas de distribuição e transmissão de energia elétrica (TUSD e TUST) na base de cálculo do ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica.

Réu: Estado do Rio Grande do Norte Passivo contingente

Risco: Possível

Objeto: Tratam-se de inúmeras ações ajuizadas em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte desde meados de 2016, com potencial de causar grande impacto econômico, decorrente do enorme efeito multiplicador dessas demandas, tendo em vista a grande massa de potenciais litigantes com a mesma tese, qual seja, de que seria ilegal incluir na base de cálculo do ICMS as tarifas de distribuição e transmissão (TUSD/TUST) na base de cálculo do ICMS. Instância atual: STJ. A primeira seção do STJ, no EREsp 1.163.020/RS, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C), suspendendo a tramitação de processos em todo território nacional, inclusive os que tramitem nos juizados especiais.

Estimativa de impacto: Segundo dados fornecidos pela SET a estimativa de impacto na arrecadação anual de ICMS é de 220 milhões de reais.

Tema 2: ADI 2016 .002483-4

Objeto: Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de liminar, ajuizada pela FECOMÉRCIO/RN e outros perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, questionando a constitucionalidade do art. 5º da Lei Ordinária Estadual nº 9.991, de 29 de outubro de 2015, que majorou a alíquota do ICMS relativamente ao fornecimento de energia elétrica e prestação de serviços de comunicação.

Réu: Estado do Rio Grande do Norte Passivo contingente

Risco: Possível

Instância atual: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte

Estimativa de impacto: Segundo dados fornecidos pela SET a estimativa de impacto na arrecadação anual de ICMS é de 200 milhões de reais.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / RCL)
(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100	
Receita Total	12.859.048	12.364.469	0,16	1,25	12.978.413	12.028.186	0,15	1,18	13.474.786	12.037.508	0,15	1,12
Receitas Primárias (I)	12.190.692	11.721.819	0,15	1,18	12.756.268	11.822.306	0,15	1,12	13.428.358	11.996.032	0,15	1,06
Despesa Total	13.073.341	12.570.520	0,17	1,27	13.104.912	12.145.423,54	0,15	1,20	13.474.786	12.037.507,59	0,15	1,14
Despesas Primárias (II)	12.421.601	11.943.847	0,16	1,21	12.413.912	11.505.015,76	0,15	1,14	12.632.828	11.285.356,44	0,14	1,08
Resultado Primário (III) = (I - II)	-230.909	-222.028	-0,00	-0,02	342.356	317.290	0,00	-0,02	795.530	710.675,36	0,01	-0,02
Resultado Nominal	147.469	141.797	0,00	0,01	572.713	530.781,28	0,01	0,01	157.012	140.264,43	0,00	0,01
Dívida Pública Consolidada	2.863.235	2.753.111	0,04	0,28	3.058.769	2.834.818,35	0,04	0,26	3.084.204	2.755.229,59	0,03	0,25
Dívida Consolidada Líquida	1.657.587	1.593.834	0,02	0,16	2.230.300	2.067.006,49	0,03	0,15	2.387.312	2.132.671,07	0,03	0,14
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	174.538	167.825	0,00	0,02	183.265	169.847	0	0,02	192.428	171.903	0	0,02
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-174.538	-167.825	-0,00	-0,02	-183.265	-169.847	-0	-0,02	-192.428	-171.903	-0	-0,02

FONTE: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS

(Art.4º, § 1º, da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000)

Em cumprimento ao disposto artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000), o Demonstrativo 1 do Anexo das Metas Fiscais estabelece metas para o resultado fiscal, incluindo as receitas e despesas, totais e primárias, e a dívida pública consolidada para o triênio 2019/2021.

1. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

A tabela a seguir resume os parâmetros macroeconômicos utilizados no Demonstrativo I – Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2020.

ÍNDICES MACROECONÔMICOS

Discriminação	2020	2021	2022
IPCA Real (%)	4,00	3,75	3,75
PIB - Crescimento Real em (%)	2,5	2,5	2,5
Receita Corrente Líquida (R\$ milhares)	R\$10.302.041,00	R\$10.876.830,00	R\$11.502.663,00
Esforço Fiscal (%)	1	1	1
PIB Nominal (R\$ milhares)	R\$ 7.875.000,50	R\$ 8.461.000,70	R\$ 9.072.000,00

Fonte: Relatório FOCUS, PLDO União 2020, Secretaria de Estado da Tributação/RN e PLDO RN 2019 – Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças/RN.

1.1. Receitas

As receitas cujos valores serviram de referência para o estabelecimento das metas fiscais para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2020 a 2022, foram estimadas utilizando-se, em grande parte, a mesma metodologia adotada pela Secretaria de Estado da Tributação do Estado do Rio Grande do Norte.

As estimativas das receitas do Tesouro Estadual para este triênio foram estimadas com aplicação de uma regressão linear a partir da série histórica do período de 2015 a 2018 e aplicando indicadores macroeconômicos, ou seja, a expectativa da taxa de crescimento das atividades econômicas do país e a taxa de inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além do esforço fiscal.

O aprimoramento da arrecadação dos recursos próprios do Estado, acompanhado de medidas de controle permanente de gastos públicos é o caminho seguido pelo Estado do Rio Grande do Norte, no sentido de superar as dificuldades financeiras existentes e assegurar recursos para financiar as despesas obrigatórias de caráter continuado e aquelas constitucionais ou legais, bem como concretizar a realização de ações governamentais, dos programas e projetos prioritários da administração estadual.

1.2.Despesas

A projeção da despesa com Pessoal e Encargos Sociais foi realizada pela Secretaria de Estado da Administração e Recursos Humanos – SEARH/RN, com base na folha de março de 2019, com crescimento do IPCA da ordem de 4% ao ano e considerou também o crescimento vegetativo da folha e das contratações efetivadas, além das despesas efetuadas por meio de concurso público de servidores e dos reajustes salariais previstos.

1.3.Resultado Primário

As metas fiscais previstas para os próximos três exercícios consistem na obtenção de resultados primários voltados à manutenção do equilíbrio fiscal que só deve ser alcançado em 2022. O quadro de resultado primário negativos deve permanecer no ano de 2020, mas com o controle de despesas e melhoria da arrecadação teremos melhoras significativas no próximo período.

1.4 Resultado Nominal

O Resultado Nominal aponta que no ano de 2022 teremos uma variação anual do estoque da dívida pública. O cálculo das metas anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado de acordo com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria de Tesouro Nacional/STN.

1.5 Dívida Pública

Conforme estabelece a LRF, a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. Apontando no demonstrativo fiscal uma elevação do valor corrente da dívida consolidada.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde à dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Onde também é constatado uma elevação da DCL no próximos três anos.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - 2018
2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2018 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	11.523.987	0,18%	120,88	11.557.187	0,17%	121,23	33.200	0,29
Receitas Primárias (I)	10.982.111	0,17%	115,19	10.279.354	0,15%	107,82	-702.757	-6,40
Despesa Total	11.523.987	0,18%	120,88	10.281.922	0,15%	107,85	-1.242.065	-10,78
Despesas Primárias (II)	10.927.684	0,17%	114,62	9.790.813	0,14%	102,70	-1.136.871	-10,40
Resultado Primário (III) = (I-II)	54.427	0,00%	0,57	488.541	0,01%	5,12	434.114	797,61
Resultado Nominal	219.703	0,00%	2,30	-654.243	-0,01%	-6,86	-873.946	-397,79
Dívida Pública Consolidada	2.264.802	0,04%	23,76	2.589.195	0,04%	27,16	324.393	14,32
Dívida Consolidada Líquida	1.761.206	0,03%	18,47	2.328.006	0,03%	24,42	566.800	32,18

FONTE: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre - 2018 e Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre 2018

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

(Art.4º, § 2º, Inciso I da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 4º, § 2º, inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior. Neste caso o LDO 2020, deve avaliar o exercício de 2018, comparando o resultado alcançado com as metas fixadas.

Comparativo das Metas Previstas e Realizadas – ANO 2018

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2018 (a)	Metas Realizadas 2018 (b)	Variação Valor (c) = (b-a)	% <u>(c/a) x 100</u>
Receita Total	11.523.987	11.557.187	33.200	0,29
Receitas Primárias (I)	10.982.111	10.279.354	702.757	-6,40
Despesa Total	11.523.987	10.281.922	1.242.065	-10,78
Despesas Primárias (II)	10.927.684	9.790.813	1.136.871	-10,40
Resultado Primário (III) = (I-II)	54.427	488.541	434.114	797,61
Resultado Nominal	219.703	654.243	873.946	-397,79
Dívida Pública Consolidada	2.264.802	2.589.195	324.393	14,32
Dívida Consolidada Líquida	1.761.206	2.328.006	566.800	32,18

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN/RN e Controladoria Geral do Estado – CONTROL/RN

Ao efetuarmos a comparação das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2018 com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO apuradas no 6º bimestre de 2018, podemos observar que:

- A Receita Total arrecada em 2018 foi praticamente as estimadas para o período na LDO, tendo crescimento pouco significativo de 0,29%. O Resultado positivo das receitas totais pode ter sido ocasionada por um maior desembolso financeiro das operações de crédito em vigência no período. Ao analisarmos as receitas primárias podemos verificar uma queda de 6,4% ocasionada possivelmente pela frustração de receitas previstas.
- A Despesa Total realizada em relação à prevista foi de 89,2%, representando um montante de R\$ 10,2 bilhões. Analisando os valores da despesa primária poderemos perceber que teve papel importante na queda da despesa total ao apresentar variação de cerca de 10,4% do previsto.
- Os Resultados Primários e Nominais apresentaram valores positivos, mas esses valores são insuficientes para custear as despesas com a dívidas pública.

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Resultado Primário	125.316	54.427	-245.582	-230.909,00	342.356,00	795.530,00
Resultado Nominal	251.077	219.703	26.136	147.469,00	572.713,00	157.012,00

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

(Art.4º, § 2º, Inciso II da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000)

O quadro abaixo demonstra a evolução das metas anuais fixadas nos três exercícios anteriores (2017-2019) e compara com as projetadas para o período 2020-2022, conforme disciplina o inciso II, do § 2º, do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000.

O Anexo de Metas Fiscais é relevante na avaliação do comportamento e cumprimento das metas fiscais preestabelecidas para o exercício a que se refira, além de ser um instrumento que permite comparar o que foi realizado com o que foi fixado nos três exercícios anteriores, possibilitando, assim, um melhor planejamento para exercícios futuros em termos financeiros, envolvendo receitas, despesas, resultado primário, nominal e o montante do estoque da dívida pública.

RESUMO DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Resultado Primário	125.316	54.427	-245.582	-230.909	342.356	795.530
Resultado Nominal	251.077	219.703	26.136	147.469	572.713	157.012

Fonte: Secretaria de Planejamento e das Finanças.

A meta de resultado primário para 2020 apontar para um menor déficit ao compararmos com o previsto em 2019. As projeções futuras apontam para a melhoria das contas públicas em 2022, onde teremos capacidade de pagamento da dívida pública e investimento.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1.000,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	5.412	0,06%	5.412	0,06%	5.309	0,06%
Reservas	19	0,00%	19	0,00%	19	0,00%
Resultado Acumulado	9.119.582	99,94%	9.573.486	99,94%	8.851.234	99,94%
TOTAL	9.125.014	100,00%	9.578.917	100,00%	8.856.562	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-1.761.646,02	100,00%	-644.350,03	100,00%	-35.907,60	100,00%
TOTAL	-1.761.646,02	100,00%	-644.350,03	100,00%	-35.907,60	100,00%

FONTE: Balanço Geral do Estado (anos 2018, 2017 e 2016)

FONTE: SIGEF/RN. UG 162233/16233 - Fundo Financeiro em 14/05/2019 às 10:41h (ano 2018)

FONTE: SIAFI. UG/Gestão:162011/16233 - Instituto de Previdência/Fundo Financeiro em 14/05/2019 às 11:00h (anos 2017 e 2016)



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)			R\$ 1.000,00
RECEITAS REALIZADAS	2018	2017 (b)	2016 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	4.315,81	660,64	744,62
Alienação de Bens Móveis	205,85	660,64	744,62
Alienação de Bens Imóveis	4.109,96		
Alienação de Bens Intangíveis	0,00		
Rendimentos de Aplicações Financeiras			
DESPESAS EXECUTADAS	2018	2017 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	3.014,90	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.014,90	0,00	0,00
Investimentos	3.014,90		
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
SALDO FINANCEIRO	2018 (g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	2017 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2016 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	2.706,17	1.405,26	744,62

FONTE: SIGEF/RN. Imprimir Arrecadação Fonte Receita e Imprimir Execução Orçamentária Consolidado Geral - Valores Empenhados 14/05/2019 às 10:41h (ano 2018)

FONTE: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 6º bimestre (anos 2017 e 2016)



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018
ADMINISTRAÇÃO (V)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (VI)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2016	2017	2018
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2016	2017	2018
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2016	2017	2018
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		1.294.417.986,14	1.357.659.432,45
BENS E DIREITOS DO RPPS	2016	2017	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	371.488.787,23	303.010.513,26	
Investimentos e Aplicações	12.763.581,20	11.635.574,93	
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (IX)	1.250.782.823,93	1.410.816.623,24	1.738.226.685,10

Receita de Contribuições dos Segurados	381.121.477,71	368.529.856,95	384.140.491,31
Civil	326.136.102,93	305.750.593,26	330.547.063,70
Ativo	265.147.875,64	270.166.776,95	301.352.989,81
Inativo	35.800.855,88	17.537.019,79	23.874.655,80
Pensionista	25.187.371,41	18.046.796,52	5.319.418,09
Militar	54.985.374,78	62.779.263,69	53.593.427,61
Ativo	48.307.850,24	58.859.237,68	50.849.648,48
Inativo	6.677.524,54	3.920.026,01	2.743.779,13
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	799.788.427,13	999.353.823,73	1.156.078.491,24
Civil	685.349.197,77	831.203.055,34	958.575.790,45
Ativo	592.181.509,10	552.264.671,80	512.192.642,28
Inativo	67.885.127,04	264.112.152,27	397.299.159,47
Pensionista	25.282.561,63	14.826.231,27	49.083.988,70
Militar	114.439.229,36	168.150.768,39	197.502.700,79
Ativo	98.459.066,40	112.959.311,48	103.199.523,03
Inativo	8.395.468,45	50.078.550,85	76.746.825,78
Pensionista	7.584.694,51	5.112.906,06	17.556.351,98
Receita Patrimonial	54.563.955,93	33.126.061,62	16.124.525,90
Receitas Imobiliárias	48,88	96,00	-
Receitas de Valores Mobiliários	54.563.907,05	33.125.965,62	16.124.525,90
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	15.308.963,16	9.806.880,94	181.883.176,65
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	110.651.791,66
Demais Receitas Correntes	15.308.963,16	9.806.880,94	71.231.384,99
RECEITAS DE CAPITAL (X)	2.662.368,84	2.703.519,57	2.723.417,02
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	13.500,00
Amortização de Empréstimos	2.662.368,84	2.703.519,57	2.709.917,02
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS - (XI) = (IX + X)	1.253.445.192,77	1.413.520.142,81	1.670.450.102,12

DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS	2016	2017	2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	23.817.968,80	36.790.326,24	52.823.450,68
Despesas Correntes	23.802.484,88	36.706.480,54	52.823.450,68
Despesas de Capital	15.483,92	83.845,70	-
PREVIDÊNCIA (XIII)	2.699.841.704,32	3.224.608.484,60	3.223.281.470,62
Benefícios - Civil	2.049.931.218,95	2.104.859.191,48	2.816.657.222,51
Aposentadorias	1.733.526.649,18	1.887.622.438,43	2.393.995.180,50
Pensões	316.404.569,77	217.236.753,05	422.662.042,01
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Benefícios - Militar	524.348.900,94	592.530.240,64	395.572.353,10
Reformas	290.306.914,69	291.950.392,62	286.691.376,64
Pensões	234.041.986,25	300.579.848,02	108.880.976,46
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	125.561.584,43	527.219.052,48	11.051.895,01
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	125.561.584,43	527.219.052,48	11.051.895,01
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	2.723.659.673,12	3.261.398.810,84	3.276.104.921,30

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)²	(1.470.214.480,35)	(1.847.878.668,03)	(1.605.654.819,18)
---	---------------------------	---------------------------	---------------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2016	2017	2018
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	1.106.593.577,11	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-

FONTE: RREO do Estado do Rio Grande do Norte 2016, 2017 e 2018 publicados até 27 de março de 2019.

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2017	1.337.170.289,69	3.479.465.929,74	(2.142.295.640,06)	(1.748.089.524,61)
2018	1.311.290.093,40	3.503.079.003,38	(2.191.788.909,99)	(3.939.878.434,60)
2019	1.280.109.441,79	3.529.801.216,64	(2.249.691.774,85)	(6.189.570.209,45)
2020	1.246.532.374,40	3.563.292.077,74	(2.316.759.703,34)	(8.506.329.912,79)
2021	1.200.593.734,51	3.633.662.674,00	(2.433.068.939,49)	(10.939.398.852,28)
2022	1.154.496.226,89	3.703.091.477,52	(2.548.595.250,63)	(13.487.994.102,91)
2023	1.103.243.872,33	3.787.773.059,14	(2.684.529.186,81)	(16.172.523.289,72)
2024	1.059.596.088,14	3.840.656.538,98	(2.781.060.450,84)	(18.953.583.740,56)
2025	1.021.790.218,33	3.873.276.247,51	(2.851.486.029,18)	(21.805.069.769,74)
2026	985.073.986,40	3.894.357.314,22	(2.909.283.327,81)	(24.714.353.097,55)
2027	951.831.382,44	3.900.593.850,82	(2.948.762.468,38)	(27.663.115.565,93)
2028	906.318.823,16	3.936.720.569,79	(3.030.401.746,63)	(30.693.517.312,56)
2029	873.670.113,04	3.925.252.874,08	(3.051.582.761,04)	(33.745.100.073,60)
2030	837.944.729,20	3.914.702.877,86	(3.076.758.148,67)	(36.821.858.222,27)
2031	788.250.917,20	3.937.566.872,91	(3.149.315.955,71)	(39.971.174.177,98)
2032	745.979.921,01	3.933.327.767,65	(3.187.347.846,65)	(43.158.522.024,63)
2033	709.717.746,54	3.901.920.921,01	(3.192.203.174,46)	(46.350.725.199,09)
2034	677.769.983,53	3.857.426.392,02	(3.179.656.408,48)	(49.530.381.607,57)
2035	639.017.575,36	3.823.002.540,35	(3.183.984.964,98)	(52.714.366.572,55)
2036	605.165.287,80	3.775.172.662,15	(3.170.007.374,35)	(55.884.373.946,90)
2037	562.973.157,51	3.744.380.681,56	(3.181.407.524,06)	(59.065.781.470,96)
2038	527.010.431,03	3.689.289.078,94	(3.162.278.647,92)	(62.228.060.118,88)
2039	493.827.073,56	3.622.166.545,92	(3.128.339.472,36)	(65.356.399.591,24)
2040	458.181.775,49	3.559.767.815,85	(3.101.586.040,36)	(68.457.985.631,60)

2041	423.905.175,77	3.490.593.480,17	(3.066.688.304,41)	(71.524.673.936,01)
2042	395.151.756,08	3.404.165.618,39	(3.009.013.862,31)	(74.533.687.798,32)
2043	368.074.323,08	3.310.935.685,66	(2.942.861.362,58)	(77.476.549.160,90)
2044	343.512.271,55	3.208.502.414,66	(2.864.990.143,11)	(80.341.539.304,01)
2045	319.235.014,78	3.105.331.894,92	(2.786.096.880,14)	(83.127.636.184,15)
2046	297.491.951,49	2.994.009.363,93	(2.696.517.412,44)	(85.824.153.596,59)
2047	277.162.998,41	2.878.967.068,91	(2.601.804.070,49)	(88.425.957.667,08)
2048	258.824.273,19	2.758.751.195,32	(2.499.926.922,13)	(90.925.884.589,21)
2049	241.947.689,36	2.635.441.238,02	(2.393.493.548,65)	(93.319.378.137,86)
2050	225.971.013,96	2.510.970.020,38	(2.284.999.006,42)	(95.604.377.144,28)
2051	210.728.947,47	2.386.122.420,08	(2.175.393.472,60)	(97.779.770.616,88)
2052	196.533.380,36	2.260.837.227,58	(2.064.303.847,22)	(99.844.074.464,10)
2053	183.042.000,61	2.136.567.441,64	(1.953.525.441,03)	(101.797.599.905,13)
2054	170.293.554,74	2.013.494.493,06	(1.843.200.938,32)	(103.640.800.843,45)
2055	158.018.284,16	1.892.641.387,38	(1.734.623.103,23)	(105.375.423.946,68)
2056	146.096.570,29	1.774.625.738,92	(1.628.529.168,62)	(107.003.953.115,30)
2057	134.724.416,42	1.659.232.286,92	(1.524.507.870,50)	(108.528.460.985,80)
2058	123.814.684,62	1.547.331.204,76	(1.423.516.520,15)	(109.951.977.505,95)
2059	113.387.125,01	1.439.215.169,79	(1.325.828.044,78)	(111.277.805.550,73)
2060	103.459.187,90	1.334.921.292,78	(1.231.462.104,87)	(112.509.267.655,60)
2061	94.075.815,20	1.234.702.593,74	(1.140.626.778,53)	(113.649.894.434,13)
2062	85.238.047,18	1.138.856.098,63	(1.053.618.051,44)	(114.703.512.485,57)
2063	76.924.862,86	1.047.448.257,25	(970.523.394,39)	(115.674.035.879,96)
2064	69.152.742,34	960.522.658,42	(891.369.916,09)	(116.565.405.796,05)
2065	61.923.550,16	878.137.566,62	(816.214.016,47)	(117.381.619.812,52)
2066	55.232.944,95	800.201.170,67	(744.968.225,72)	(118.126.588.038,24)
2067	49.057.201,40	726.632.143,97	(677.574.942,57)	(118.804.162.980,81)
2068	43.370.315,40	657.291.351,45	(613.921.036,06)	(119.418.084.016,87)
2069	38.154.879,39	592.089.793,44	(553.934.914,03)	(119.972.018.930,90)
2070	33.452.645,15	531.171.099,62	(497.718.454,47)	(120.469.737.385,37)
2071	29.296.143,21	474.537.302,89	(445.241.159,68)	(120.914.978.545,05)
2072	25.579.193,17	421.848.536,26	(396.269.343,09)	(121.311.247.888,14)
2073	22.237.917,78	372.870.926,68	(350.633.008,90)	(121.661.880.897,04)
2074	19.247.087,85	327.509.975,61	(308.262.887,76)	(121.970.143.784,80)
2075	16.649.019,69	285.914.498,59	(269.265.478,92)	(122.239.409.263,72)
2076	14.462.205,83	248.183.730,65	(233.721.524,83)	(122.473.130.788,55)
2077	12.620.519,63	214.134.676,46	(201.514.156,83)	(122.674.644.945,38)
2078	11.074.086,20	183.610.199,98	(172.536.113,78)	(122.847.181.059,16)
2079	9.781.628,97	156.461.164,64	(146.679.535,67)	(122.993.860.594,83)
2080	8.712.056,57	132.542.739,07	(123.830.682,50)	(123.117.691.277,33)
2081	7.836.400,47	111.698.592,74	(103.862.192,26)	(123.221.553.469,59)
2082	7.127.359,89	93.739.805,85	(86.612.445,96)	(123.308.165.915,55)
2083	6.557.661,30	78.458.102,34	(71.900.441,04)	(123.380.066.356,59)
2084	6.098.609,15	65.607.754,37	(59.509.145,22)	(123.439.575.501,81)
2085	5.726.274,63	54.946.901,83	(49.220.627,21)	(123.488.796.129,02)
2086	5.422.900,81	46.235.613,24	(40.812.712,43)	(123.529.608.841,45)
2087	5.173.907,78	39.226.984,45	(34.053.076,67)	(123.563.661.918,12)
2088	4.965.314,02	33.668.623,50	(28.703.309,48)	(123.592.365.227,60)
2089	4.793.500,69	29.343.416,97	(24.549.916,27)	(123.616.915.143,87)
2090	4.655.327,33	26.053.730,03	(21.398.402,69)	(123.638.313.546,56)
2091	4.535.468,80	23.569.691,67	(19.034.222,87)	(123.657.347.769,43)

FONTE: RREO do Estado do Rio Grande 2018 publicado até 27 de março de 2019.

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

RIO GRANDE DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020**

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA					COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	2022	2023	
ICMS	Isenção	Incidente sobre óleo diesel para embarcações pesqueiras.	5.139.343	5.520.881	5.902.619	6.310.753	6.747.108	Aumento da produção pesqueira
ICMS	Isenção	Nas saídas internas com mel de abelha produzido neste Estado.	37.637	40.431	43.227	46.216	49.411	Crescimento da atividade
ICMS	Isenção	Abate de gado bovino oriundo de produtor localizado neste Estado, inscrito CCE e Crédito Presumido de ICMS ao adquirente desse gado.	613.171	658.692	704.237	752.931	804.992	Crescimento da atividade
ICMS	Isenção	Saídas internas com milho em grão, produzido neste Estado, destinado à industrialização.	3.914.256	4.204.844	4.495.587	4.806.432	5.138.771	Crescimento da atividade
ICMS	Isenção	Leite destinado ao Programa do Leite do Governo do Estado.	5.444.830	5.849.046	6.253.476	6.685.870	7.148.162	Crescimento da atividade
ICMS	Isenção	Operações com camarões capturados ou criados em viveiros neste Estado, realizados entre produtores ou pescadores e estabelecimentos beneficiadores, industriais ou comerciais.	29.560.510	31.755.040	33.950.728	36.298.236	38.808.062	Crescimento da atividade
ICMS	Isenção	Nas saídas internas de produtos vegetais oleaginosos destinados à produção de biodiesel.	511.237	549.190	587.164	627.763	671.170	Crescimento da atividade
ICMS		Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do RN – PROADI.	321.157.066	344.999.303	368.854.128	394.358.384	421.626.121	Geração de emprego e renda
ICMS	Crédito Presumido	Imposto mensal a recolher correspondente a 1% (um por cento) do valor das saídas para as indústrias de redes e similares.	31.364	33.693	36.022	38.513	41.176	Geração de emprego e renda
ICMS	Regime Especial de Tributação	Redução da carga tributária a contribuintes atacadistas de drogas e medicamentos.	8.167.245	8.773.570	9.380.214	10.028.805	10.722.242	Alargamento da base tributária
ICMS	Regime Especial de Tributação	Redução da carga tributária as empresas produtoras de álcool e açúcar.	19.739.078	21.204.478	22.670.652	24.238.205	25.914.145	Crescimento da atividade e Geração de Emprego e Renda
ICMS	Redução de Base de Cálculo	Redução da base de cálculo nas operações com carne bovina, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7%	63.276.949	67.974.538	72.674.608	77.699.661	83.072.170	Crescimento da atividade
ICMS	Regime Especial de Tributação	Redução da carga tributária aos contribuintes atacadistas no ramo de alimentos, bebidas alcoólicas e artigos de armarinho.	102.466.602	110.073.575	117.684.564	125.821.811	134.521.705	Alargamento da base tributária
ICMS	Isenção	Lei de Incentivo à Cultura.	3.597.118	3.864.163	4.131.349	4.417.009	4.722.421	Geração de emprego e renda
ICMS	Simples Nacional	Implementação do Sistema Simplificado de cobrança para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.	61.260.612	65.808.512	70.358.812	75.223.741	80.425.054	Alargamento da base tributária e geração de emprego e renda
ICMS	Regime Especial de Tributação	Redução de carga tributária para contribuintes atacadistas de material de construção.	2.041.811	2.193.392	2.345.054	2.507.201	2.680.561	Crescimento da atividade
ICMS	Isenção	Taxistas, deficientes, ambulâncias, etc.	4.832.074	5.190.800	5.549.715	5.933.448	6.343.714	Aumento de Receita
IPVA	Isenção	Taxistas, deficientes, ambulâncias, etc.	5.293.610	5.714.140	6.136.807	6.590.738	7.078.246	Aumento de Receita
IPVA	Isenção	Veículo com mais de 10 anos, sinistro, perda, furto, etc.	55.484.071	59.891.789	64.321.902	69.079.705	74.189.436	Aumento de Receita
ITCD	Isenção	Isenção	550.505	587.983	625.283	664.950	707.133	Aumento de Receita
TOTAL			693.119.088	744.888.059	796.706.148	852.130.374	911.411.798	

Fonte: Secretaria de Estado da Tributação, em 22/04/2019.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.000,00

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2020
Aumento Permanente da Receita	429.000,00
(-) Transferências Constitucionais	85.800,00
(-) Transferências ao FUNDEB	42.900,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	300.300,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	300.300,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	300.000,00
Novas DOCC	300.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	300,00

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças/RN